Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

#### 1. Contexto Operacional

A Fertilizantes Heringer S.A.— em Recuperação Judicial ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 16 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP"). Em fevereiro de 2019, a Companhia suspendeu as atividades de 9 de suas unidades, conforme descrito na Nota 27.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

### Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2019.

### 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### 2.1. Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.427.421, prejuízo do período e prejuízo acumulado nos montantes de R\$ 779.610 e R\$ 1.246.931, respectivamente. Apresentou ainda em 31 de dezembro de 2018, passivo a descoberto no montante de R\$ 621.836.

Devido ao contexto atual das negociações da Companhia, junto aos seus credores, foi contratado em janeiro de 2019 empresa de consultoria independente e especializada, para atuar como assessor financeiro no âmbito do processo de reestruturação de dívidas iniciado fevereiro de 2019, mantendo os objetivos de reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital da Companhia, de modo a preservar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes.

Durante o segundo semestre de 2018, a Companhia se dedicou a renegociar as dívidas com credores. Essas negociações foram parcialmente bem sucedidas, entretanto, com os desafios impostos ao capital de giro em virtude da alta verificada nos preços em dólares das matérias primas de fertilizantes em relação ao último ano e também dos riscos advindos de um ano eleitoral para Presidência da República, mesmo com o corte de despesas efetuados nos últimos períodos, os pagamentos dos credores, não ocorreram conforme o planejado.

Diante deste cenário, a Companhia definiu como alternativa viável para manter a continuidade de suas operações, o pedido de recuperação judicial, confome divulgado na Nota 27.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia continua focada em ações para geração de fluxo de caixa futuro e recomposição do seu patrimônio líquido.

## 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) tributos diferidos (iii) contingências; e (iv) valor justo de instrumentos financeiros; (v) classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas. Os detalhes estão descritos na Nota 2.5.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.2.1 Ativos financeiros

## (a) Classificação

Até 31 de dezembro de 2017 a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia poderia ser feita entre as seguintes categorias: i) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; ii) Investimentos mantidos até o vencimento; iii) Empréstimos e recebíveis; e iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Com o advento do CPC-48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação passou a ser admitida em três diferentes categorias, quais sejam: i) Custo amortizado; ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou iii) Valor justo por meio do resultado.

A Companhia efetuou uma avaliação dos impactos das mudanças da norma, e concluiu que seus ativos financeiros, anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

	Classificação
Até 31 de dezembro de 2017	A partir de 1º de janeiro de 2018
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado e/ou custo amortizado (*)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Empréstimos e recebíveis Instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (**) Instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado (***)
	Empréstimos e recebíveis Empréstimos e recebíveis Empréstimos e recebíveis Empréstimos e recebíveis Instrumentos financeiros derivativos, mensurados ao valor justo por meio do

(\*) a Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por meio de antecipação dos saldos desses contas a receber ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia não desreconhece o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado. Os demais contas a receber de clientes são classsicados como ativos financeiros ao custo amortizado.

(\*\*) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado.

(\*\*\*) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como resultado da adoção do CPC 48 – Instrumento Financeiro (IFRS 9) a Companhia passou a classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

#### (b) Reconhecimento inicial e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

### (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por meio de antecipação dos saldos desses contas a receber ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia não desreconhece o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado. Os demais contas a receber de clientes são classsicados como ativos financeiros ao custo amortizado.

## (ii) Custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade (Nivel II).

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### (d) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

## (e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## (f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados nessas operações são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.2.2. Impairment de ativos financeiros

Com a adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiro (IFRS 9), a Companhia revisou sua metodologia de *impairment* de ativos financeiros. Não há impacto relevante decorrente da mudança na metodologia de *impairment*.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48-Instrumentos Financeiro (IFRS 9), permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## 2.2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.2.4. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## 2.2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de Importação e Forfait são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.2.6. Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia revisou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 não são esperados impactos significativos pela adoção da nova norma.

**IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos para a Companhia:

- IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.
- . IFRS 15/CPC 47 "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 "Receitas" e correspondentes interpretações.

No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

#### 2.4. Reapresentação das cifras comparativas

Como resultado das mudanças nas políticas contábeis da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Conforme explicado na Nota 24(a) abaixo, o CPC 49 (IFRS 9) foi adotado sem a reapresentação da informação comparativa. As reclassificações e os ajustes decorrentes das novas regras de *impairment* e ajuste ao valor justo não se encontram, portanto, refletidos no balanço ajustado de 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecidos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018.

No caso do CPC 47 (IFRS 15), a Companhia não identificou impactos que resultem na reapresentação das cifras comparativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Efeitos da reapresentação

O impacto na adoção inicial do CPC-48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), decorre somente da mudança de mensuração dos FIDCs em aberto em 1º de janeiro de 2018, sendo o ajuste registrado no saldo de abertura de R\$ 5.829 líquido dos tributos diferidos. A Companhia optou por não reapresentar os saldos anteriores e o ajuste foi registrado como redução do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2018 na rúbrica de prejuízos acumulados.

Não há impacto na classificação e mensuração de Passivos Financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.

## 2.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## 2.5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

#### (b) Tributos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários diferidos estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. Considerando a situação econômica financeira da Companhia e as difulculdades em projetar os lucros tributáveis futuros, os tributos diferidos ativos foram reconhecidos até o limite dos tributos diferidos passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Contigências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 15. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

## (d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## 2.5.2. Julgamentos críticos

# Classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas

As operações de compras de matérias-primas realizadas por meio de FINIMP - Financiamento de Importação e Forfait, são apresentadas como atividade operacional na DFC-demonstração dos fluxos de caixa, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, por serem uma opção de compra utilizada exclusivamente para aquisição de insumos, e que suas condições básicas, prazos e juros, não apresentam divergências significativas em relação às compras diretas com fornecedores.

As operações de FINIMP e Forfait são utilizadas exclusivamente para aquisição de máterias-primas, diferente das outras modalidades de empréstimos que são utilizados principalmente para capital de giro.

# 3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Taxa média	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa e recursos em conta corrente Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	97,4% do CDI	11.352 8.647	55.255 11.595
			19.999	66.850

(i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

# 4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber no país (i) Contas a receber no exterior Ajuste a valor justo - subcarteira negociada Ajuste a valor presente	198.829 1.140 (2.199) (1.119)	484.403 1.961 (5.829) (4.463)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	196.6 <u>51</u> (38.588)	476.072 (38.365)
. ,	158.063	437.707
Circulante	(157.669)	(437.688)
Não circulante	394	19

(i) O montante de R\$ 6 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2017) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,50% (1,50% em 31 de dezembro 2017) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2018 e em 1º de janeiro de 2018, foi calculado o valor justo sobre a subcarteira negociada das contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos negociados. Detalhes sobre o ajuste do saldo inicial, vide Nota 2.4 (a).

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes mensurados ao custo amortizado, se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 61.959 (R\$51.062 em 31 de dezembro de 2017) encontram-se vencidas e não provisionados, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Até três meses De três a seis meses Mais de seis meses	17.705 612 43.642	1.653 843 48.566
	61.959	51.062

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa ("*impairment*") no montante de R\$ 38.588 (R\$38.365 em 31 de dezembro de 2017), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Avencer	642	
Até seis meses	347	238
Mais de seis meses	<u>37.599</u>	38.127
	38.588	38.36 <u>5</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo inicial Constituição da provisão liquida(i) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como	38.365 2.540	33.983 10.123
incobráveis	(2.317)	(5.741)
Saldo final	38.588	38.365

<sup>(</sup>i) As perdas esperadas são registradas reduzindo a receita bruta. As perdas incorridas são registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do exercício. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Em 31 de dezembro de 2018, o adiantamento de clientes no montante de R\$ 89.638 (R\$205.052 em 31 de dezembro de 2017) decorre de antecipações efetuadas por clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Matérias-primas e embalagens	276.526	669.736
Importações em andamento	3.302	67.235
Adiantamentos a fornecedores	6.392	24.846
Almoxarifado	7.972	11.816
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(770)	(3.608)
	293.422	770.025

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2018, alguns itens de matérias-primas, 47% da rubrica, estavam dados em garantia de operações com bancos e fornecedores (15% em 31 de dezembro de 2017).

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custos dos produtos vendidos" totalizou R\$ 3.313.669 (2017 - R\$ 4.106.508) nota 19.

# 6. Tributos a recuperar

-	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii) Programa de Integração Social - PIS (i) IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos Outros	246.505 83.685 65.556 507 814	265.579 95.266 66.262 1.508 814
Circulante	397.067 (163.711)	429.429 (158.859)
Não circulante	233.356	270.570

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor original totalizando R\$303.828, protocolados na Receita Federal do Brasil entre dezembro de 2013 e outubro de 2018, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, com expectativa de recuperação até 2024.
- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$7.164 e de Minas Gerais no montante de R\$21.993, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto à autoridades estadual de São Paulo no montante de R\$41.897.

## 7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (CSLL) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

## (a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda a recuperar Contribuição social a recuperar	221.790 26.9 <u>59</u>	199.152 28,221
Circulante	248.749 (160.697)	227.373 (15.524)
Não circulante	88.052	211.849

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de Pis e Cofins, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic de R\$157.879, protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2018, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.485	260.124
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	748	
Provisão para comissões sobre vendas	1.889	3.633
Provisão para contingências	10.205	11.113
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.373	1.911
Ajuste a valor presente	620	2.195
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	262	1.227
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	273	188
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos	8.292	274
Outras diferenças temporárias	5.416	5.933
	31.563	286.598
Passivo:		
Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos	(1.078)	(1.825)
Ajuste a valor presente	(935)	(3.825)
Imobilizado - custo atribuído (i)	(24.958)	(25.617)
Outras	(4.592)	(4.434)
	(31.563)	(35.701)
Líquido		250.897

<sup>(</sup>i) Refere-se aos tributos diferidos passivo calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Devido a situação economica e financeira da Companhia, conforme descrito na Nota 2.1, e pela apresentação do pedido de recuperação judicial conforme Nota 27, a administração da Companhia procedeu com a reversão parcial do saldo de tributos diferidos ativos, diante das incertezas e dificuldades em mensurar as projeções de lucros tributáveis futuros que é uma premissa relevante para a manutenção do registro contábil dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A administração da Companhia manteve o registro de tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social até o limite do passivo fiscal diferido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# (c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(528.713)	(192.851)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	179.762	65.569
Benefícios fiscais e subvenções Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais	2.506	2.159
e base negativa de contribuição social	(155.348)	
Valor dos impostos diferidos ativos revertidos em 2018 (i)	(277.313)	
Outras	(504)	(480)
	<u>-</u>	67.248
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(250.897)	67.248
	(250.897)	67.248
Alíquota efetiva dos tributos	47%	35%
(i) Detalhes na nota 7 (b) acima. (ii)		
Marimontação do ativo a paggivo figaal diforidas		

# (d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	217.729	(34.080)	183.649
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	(148)	665 (2.286)	665 (2.434)
contribuição social gerado no exercício	69.017		69.017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	286.598	(35.701)	250.897
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	3.605	659 3.479	659 7 <b>.</b> 084
contribuição social gerado no exercício Valor dos impostos diferidos baixados em 2018 (i)	18.673 (277.313)		18.673 (277.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.563-	31.563-	

<sup>(</sup>i) Detalhes na nota 7 (b) acima.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 1.283.136 de prejuízos fiscais e base negativa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

#### 8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos representados por contratos "NDFs" e "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nocional)				strumento	Ganhos (perdas) incorridos ento no exercício		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Posição líquida	482.291	400.337	(21.301)	4.561	(20.732)	4.618	41.573	(55.324)

Os ganhos e as perdas com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Notas 21 e 23).

## (a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha contratos derivativos de "swaps" no valor nominal de R\$35.443 (R\$2.281 em 31 de dezembro de 2017) com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. A Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano mais 8,65% ao ano e é responsável por pagar 211,92% do CDI. A Companhia também detinha contratos derivativos de "NDFs" no valor nominal total de R\$446.848 (R\$398.056 em 31 de dezembro de 2017) com a taxa de câmbio a termo de R\$4,07 para cada USD1,00, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

## (b) Vencimento dos contratos de "swaps" e NDF's

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Valor	Valor de referência			
	em dólares americanos (US\$)	em Reais	Valor justo líquido		
Em 1 mês	43.264	167.641	(9.348)		
De 1 a 2 meses	35.246	136.570	(8.931)		
De 3 a 4 meses	29.858	115.693	(3.479)		
De 5 a 6 meses	16.101	62.387	457_		
	124.469	482.291	(21.301)		

### 9. Outros Ativos

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Créditos e precatórios em garantia (i) Outros	140.776 30.230 171.006	140.776 46.797 187.573
Circulante	(152.916)	(167.032)
Não circulante	18.090	20.541

(i) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários ("precatório") decorrentes de indébito tributário federal. Foi solicitado, deferido e transitado em julgado pela Vara Federal a substituição do polo ativo à Heringer. Em 20 de junho de 2016, a Justiça Federal expediu "Requisição de Pagamento" à Heringer, para o qual a expectativa de recebimento deste por parte da Companhia era o final do exercício de 2017.

Em 8 de novembro de 2016, a Companhia realizou operação de cessão de crédito do "precatório" com instituição financeira, com opção de recompra até a data do vencimento do contrato. Nessa operação a Companhia era garantidora do valor do crédito cedido atualizado conforme acordo celebrado e registrado em Cartório, em caso de não pagamento por parte da União Federal.

Em 1º de agosto de 2017, o montante de R\$ 142.005, relativo ao precatório foi pago pela União Federal à Heringer, diretamente na conta da Companhia na instituição financeira para a qual o crédito estava cedido. Conforme previsto em contrato, a Companhia tem a opção de recompra do crédito, ainda que depois de liquidado, junto a instituição financeira que estruturou a operação. Nesse sentido, a administração realizou a baixa dos créditos tributários (precatórios) a receber e registrou um contas a receber da instituição financeira na rubrica de "Outros ativos".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As circunstâncias em que a apropriação do crédito foi efetuada pela instituição financeira e as opções de recompra da transação estão em discussão em Câmara Arbitral. Em caso de perda, o passivo em aberto junto à instituição financeira, no valor de R\$140.776 (Nota 14), será considerado liquidado pela compensação desse recebível e a diferença será reconhecida como perda, além das custas processuais. Os advogados da Companhia e os administradores entendem que o direito de recompra é líquido e certo e, portanto, classificam a chance de êxito na Câmara Arbitral como provável.

#### 10. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. – em Recuperação Judicial é controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; A OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

#### (a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo		
Contas a receber		
Dalton Dias Heringer (i)	20	117
JFC V-Jorf Fert. Company S.A (ii)	112	-
OCP Fertilizantes Ltda (i)	21	-
OCP as (ii)	398	-
SAFTCO S.A (ii)	117	-
Pedro Augusto Lombardi Ferreira (i)	2	1
	670	118
	670	118

<sup>(</sup>i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios e estão registradas na rubrica contas a receber de clientes do balanço patrimonial.

<sup>(</sup>ii) Relacionado a operações de Desptch a receber

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo		
Contas a pagar (i)		
OCP	201.839	210.443
OCP Fertilizantes Ltda	80.543	6.445
SAFTCO	21.671	24.395
JFC V-Jorf Fert. Company	76.373	-
Canpotex Limited	6.807	33.336
	387.233	274.619
Empréstimos – mútuo (ii)		
Dalton Dias Heringer	39.578	33.388
Dalton Carlos Heringer	14.613	6.663
Juliana Heringer Rezende	6.146	5.724
Eny de Miranda Heringer	10.899	6.678
	71.236	52.453
	458.469	327.072

- (i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios e estão registradas na rubrica fornecedores do balanço patrimonial.
- (ii) Os empréstimos (mútuos) a pagar para partes relacionadas estão registrados na rubrica "empréstimos e financiamentos" do balanço patrimonial.

Resultado	dezembro de 2018	dezembro de 2017
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	1.572	640
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	3	4
Paulo de Araujo Rodrigues	277	4
OCP Fertilizantes Ltda	21	
	1.873	648
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer (i)	(1.879)	(1.872)
Paulo de Araujo Rodrigues	(2)	(3)
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	(250)	(3)
OCP Fertilizantes Ltda	(9)	
	(2.140)	(1.878)

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Outras receitas operacionais		
OCP (ii)	8.011	4.623
SAFTCO	579	246
JFC V-Jorf Fert.Company (ii)	3.495	723
Canpotex Limited	1.757	, -
Dalton Dias Heringer	18	23
G	13.860	5.615
Despesas Financeiras		
Juros – Empréstimos - Mútuo	(3.916)	(5.851)
	(3.916)	(5.851)
Compras		
PCS	-	219
OCP	113.509	355.382
OCP Fertilizantes Ltda	188.287	57.914
SAFTCO	27.723	24.625
JFC V-Jorf Fert.Company	70.948	68.059
Canpotex Limited	273	33.130
Dalton Dias Heringer	<u>-</u> _	117
	400.740	539.446

- (i) Decorrem das vendas de subprodutos originados no processo produtivo.
- (ii) Bonificações por performance.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos). O contrato com a OCP prevê o volume mínimo de 320 mil toneladas por ano.

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios. A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas (Nota 11).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o total da remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Salários e encargos	4.225	4.097
Honorários dos administradores	2.782	2.779
Participação nos lucros	225	224
Plano de previdência privada	325	347
Outros	128	126
	7.685	7.573

#### 11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depre	Taxas de depreciação - % ao ano		
	Nominal	Média ponderada		
Edifícios e construções Máquinas, equipamentos e instalações industriais Outros	De 1,5 a 25 De 4 a 50 De 4 a 50	3,05 11,41 19,99		

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram adquiridos imobilizados (R\$7.708 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) com créditos de ICMS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$352.212 de dezembro de 2018 (R\$273.539 em 31 de dezembro de 2017), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de empréstimos e financiamentos.

## Testes do ativo imobilizado para verificação de impairment

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (Nota 26). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado por nível de segmento operacional, em 31 de dezembro de 2018:

_	Industrial (i)	Misturadoras (ii)	Total
Ativo imobilizado e intangível	32.463	444.861	477.324

#### (i) UGC Industrial

O valor recuperável da UGC do segmento industrial é determinado pelo valor de mercado menos os custos de vendas dos ativos. A administração da Companhia contratou empresa especializada em avaliações do valor de mercado de ativos para preparação de laudo de avaliação do valor de mercado (valor de venda menos custo das vendas) dos ativos imobilizados do segmento Industrial. Até a data da autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, o laudo de avaliação do valor de mercado dos ativos não havia sido finalizado e, portanto, não foi possível estimar se há ajustes relativos ao teste de *impaiment*.

#### (ii) UGC Misturadoras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia procedeu com o teste do valor recuperável dos ativos imobilizados do segmento Misturadoras utilizando a metodologia do valor em uso, ou seja, por meio do fluxo de caixa descontado. Considerando a atual situação econômica e financeira e pela dificuldade de estimar o valor em uso de tais ativos, a administração da Companhia contratou empresa especializada em avaliações do valor de mercado de ativos para preparação de laudo de avaliação do valor de mercado (valor de venda menos custo das vendas) dos ativos imobilizados do segmento de Misturadoras. Até a data da autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, o laudo de avaliação do valor de mercado dos ativos não havia sido finalizado e, portanto, não foi possível estimar se há ajustes relativos ao teste de *impaiment*.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento (i)	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 1º de janeiro de 2017	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Aquisições	-	42	970	3.139	16.179	8.394	28.724
Baixas (ii)	-	(1.938)	(15.420)	(493)	(5)	-	(17.856)
Depreciação	-	(10.712)	(37.968)	(3.780)	-	-	(52.460)
Transferências	<u>-</u> _	12.920	6.004		(16.559)	(2.365)	
Em 31 de dezembro de 2017	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Em 1º de janeiro de 2018	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Aquisições	-	-	591	1.963	14.675	-	17.229
Baixas (ii)	_	(342)	(1.778)	(651)	(298)	(6.059)	(9.128)
Depreciação	_	(11.136)	(30.382)	(3.530)	-	-	(45.048)
Transferências	-	13.317	16.779	527	(30.623)		-
Em 31 de dezembro de 2018	66.340	305.053	79.423	8.771	11.032		470.619
Saldo em 31 de dezembro de 2017							
Custo	66.340	370.424	320.933	32.362	27.278	6.059	823.396
Depreciação		(67.210)	(226.720)	(21.900)			(315.830)
Valor residual líquido	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Saldo em 31 de dezembro de 2018							
Custo	66.340	383.247	332.188	32.141	11.032	-	824.948
Depreciação		(78.194)	(252.765)	(23.370)			(354.328)
Valor residual líquido	66.340	305.053	79.423	8.771	11.032		470.619
(ii) Baixas		(342)	(1.778)	(651)	(298)	(6.059)	(9.128)
- Custo	-	(493)	(6.115)	(2.710)	(298)	(6.059)	(15.675)
- Depreciação	-	151	4.337	2.059	-	-	6.547

<sup>(</sup>i) Em 31 de dezembro de 2018, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (a) adequação nas unidades de Paranaguá – PR; (b) construção de galpão para matéria prima na unidade de Iguatama – MG; (c) adequação na unidade de Paulinia – SP; e (d) adequação na unidade de Porto Alegre – RS. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$1.765 (R\$3.780 em 31 de dezembro de 2017). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e com recursos obtidos com instituições financeiras.

<sup>(</sup>ii) As baixas são compostas, principalmente, pela alienação de veículos e máquinas pesadas no montante de R\$ 9.128 (17.856 – 2017).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

#### 12. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a pagar no país Contas a pagar no exterior (i)	243.817 798.858	205.545 824.291
	1.042.675	1.029.836

(i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados, substancialmente, em dólares norte-americanos (Nota 24 (b)).

O ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.749 (R\$11.250 em 31 de dezembro de 2017) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou o montante de R\$ 13.785, relativos a juros a pagar de títulos em atrasos.

## 13. Operações de "Forfait"

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Considerando as características de tais transações e cientes do Ofício Circular CVM nº 01/2019 de 11 de janeiro de 2019, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica no passivo circulante. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

	Taxa de juros	Prazo médio	31/12/2018	31/12/2017
F				
Forfait US\$ 48.055 mil (US\$55.149	170 . 0.0-0/	.0 1'	.06	.0
mil em 31 de dezembro de 2017)	VC + 8,83% a.a.	180 dias	186.204	182.434

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

## 14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Moeda estrangeira	_			
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$128.407 (US\$196.578 em 31 de dezembro de 2017) Fixo €\$48	VC + 4,7% a.a. VC + 5,7% a.a.	VC + 7,9% a.a. VC + 7,4% a.a.	497·553 214	650.279 -
Capital de Giro Fixo US\$9.487	VC + 8,7% a.a.	VC + 8,7% a.a.	36.759	-
Moeda nacional  Capital de giro (ii)	309,5% do DI a.a.	309,5% do DI a.a.	341.157	461.188
Finame Operações de Crédito Rural (iii) Outras obrigações	6,0% a.a. Libor + 3,0% a.a.	6,0% a.a. Libor + 3,0% a.a.	1.931 - 7.340	3.803 5.643 8.363
BNDES Mútuo	171,2% do DI a.a. 9,0% a.a.	171,2% do DI a.a. 9,0%.a.a.	46.027 71.236	48.698 52.453
			1.002.217	1.230.427
Circulante			(959.469)	(1.127.117)
Não circulante			42.748	103.310

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

## i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matérias-primas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias-primas no exterior ou da data do desembolso da operação (prazo médio em 31 de dezembro de 2018 de 254 dias em USD e 84 dias em EUR). Em 31 de dezembro de 2018, 23,2% (22,1% em 31 de dezembro de 2017) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

## ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, 94,8% do saldo tem vencimento em 2019 e 5,2% vencimento até 2020. Em 31 de dezembro de 2018, 8,8% (15% em 31 de dezembro de 2017) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 21,5% das operação de FIDC, 17,3% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

#### iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não detinha operações de crédito rural em aberto.

#### iv) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2018		1.127.117
2019	959.469	68.471
2020	22.958	34.839
2021 em diante	19.790	
	1,002,217	1.230.427

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

# v) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Moeda	a estrangeira					Moeda	nacional	
	Financiamento de importação	Capital de Giro	Capital de giro nacional	Finame	Crédito Rural	Outras obrigações	BNDES	Mútuo	Total
Em 1º de janeiro de 2017	585.081	25.645	325.911	5.974	18.713	15.211	30.132	46.602	1.053.269
Captações	1.183.736	0	1.277.261	0	11.696	4.405	22.919	О	2.500.017
<ul> <li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li> <li>(-) Pagamento de juros</li> </ul>	(1.114.216) (41.556)	(24.317) (433)	(1.127.135) (65.620)	(2.165) (288)	(21.024)	(14.995)	(6.008) (2.689)		(2.309.860) (110.586)
Provisão de juros	23.594	(895)	50.771	282	0	0	4.344	5.851	83.947
Variação cambial não realizada	13.640	0	0	0	0	0	0	0	13.640
Em 31 de dezembro de 2017	650.279	0	461.188	3.803	9.385	4.621	48.698	52.453	1.230.427
Em 1º de janeiro de 2018 Captações	650.279 1.050.458	o 34.447	461.188 1.057.570	3.803 0	5.643 825	8.363 7.889	48.698 4.978	52.453 14.867	1.230.427 2.171.034
<ul> <li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li> </ul>	(1.210.443)	0	(1.168.062)	(1.868)	(6.468)	(8.913)	(9.451)	0	(2.405.205)
(-) Pagamento de juros	(50.516)	0	(46.012)	(172)	0	0	(3.493)	0	(100.193)
Provisão de juros	26.217	2.312	36.474	168	0	0	5.295	3.916	74.382
Variação cambial não realizada	31.772	<u> </u>	0	0	0	0	0	0	31.772
Em 31 de dezembro de 2018	497.767	36.759	341.158	1.931	0	7.339	46.027	71.236	1.002.217

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

# 15. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a provisão para contingências era composta como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas	759	333
	<u>759</u>	333
Trabalhistas e previdenciárias (a) (-) Depósitos judiciais	26.248 (4.128)	31.216 (5.851)
	22.120	25.36 <u>5</u>
Cíveis e ambientais	3.008	1.139
	3.008	1.139
Total da provisão para contingências (-) Depósitos judiciais	30.015 (4.128)	32.688 (5.851)
	25.887	26.837

<sup>(</sup>a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

## i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo inicial Provisões, líquida Atualização monetária	32.688 (3.856) 1.183	27.530 411 4.747
Saldo final	30.015	32.688

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributários e administrativos	16.705	16.143
Cíveis e ambientais	4.118	4.103
Previdenciários	3.704	3.464
Trabalhistas	4.633	7.288
	29.160	30.998
Classificados como redutores da provisão para contingência Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	(4.128) 25.032	(5.851) 25.147

## iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributárias e administrativas (i) Trabalhistas e previdenciárias (ii) Cíveis e ambientais (iii)	231.822 50.733 60.795	149.838 102.026 84.952
	343.350	336.816

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 221.338 e ICMS, no montante de R\$ 10.395, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.
- (iii) As ações cíveis e ambientais estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá e pedidos de indenizações dos moradores das comunidades próximas a fábrica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma )

#### iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

O valor incontroverso do crédito no montante de R\$ 140.776, dado em garantia em transação financeira, foi recebido em 1º de agosto de 2017. A Companhia já exerceu a opção de recompra do crédito (Nota 9), junto a instituição financeira que estruturou a operação.

## v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR,

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$1.390.

## 16. Patrimônio líquido

# (a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

## (b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2018, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 16.059 (R\$ 17.784 - 2017), foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2018, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2015	2016	<u>2017</u>	2018	<u>Total</u>
PSDI (i) Desenvolve (ii) Outros incentivos recebidos (iii)	179.063 - 5.457	17.970 3.946 1.228	11.513 6.271	8.871 7.188	217.417 17.405 6.685
	184.520	23.144	17.784	16.059	241.507

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii)Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.
- (iii) Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos beneficios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 72017
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(779.610)	(125.604)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Resultado básico por ação ordinária – R\$	(14,4756)	(2,3322)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

## 18. Receita operacional líquida

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, mas sem impacto nos valores registrados de receita.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Vendas brutas de produtos	3.758.496	4.869.735
<ul><li>(-) Deduções da receita bruta de vendas: Perda esperada no recebimentos das vendas:</li></ul>	(642)	
Devoluções das vendas	(24.493)	(22.454)
Impostos sobre as vendas Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	(60.698) 8.871	(75.342) 11.513
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	7.188	6.271
	3.688.722	4.789.723

## 19. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo dos produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Matérias-primas e materiais de produção (i)	3.313.669	4.106.508
Despesas com transporte	142.605	184.571
Despesas com pessoal (Nota 22)	215.707	224.252
Despesas comerciais	48.452	75.134
Depreciação e amortização	45.356	52.781
Participação nos resultados (Nota 22)	8.542	8.457
Despesas com publicidade	2.170	585
Arrendamentos mercantis operacionais	5.405	6.628
Outros gastos	98.660	120.396
	3.880.566	4.779.312
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	3.502.787	4.330.049
Despesas com vendas	278.031	348.181
Despesas gerais e administrativas	99.748	101.082
	3.880.566	4.779.312

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

, **1** 

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram adquiridos insumos no montante de R\$ 2.274 (R\$2.443 em 31 de dezembro de 2017) com créditos de ICMS.

## 20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Variação cambial ativa Variação cambial passiva	101.526 (343.475)	138.275 (159.558)
	(241.949)	(21.283)

## 21. Despesas e receitas financeiras

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas financeiras		<u>.</u>
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(55.671)	(180.579)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(138.198)	(149.487)
Despesas com ajustes a valor presente	(46.473)	(54.021)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(39.632)	(45.708)
Variações monetárias passivas	(2.943)	(226)
	(282.917)	(430.021)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	35.267	19.605
Receitas com ajustes a valor presente	49.300	63.932
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	97.244	125.255
Rendimentos sobre aplicações financeiras	798	1.308
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	9.318	9.236
	191.927	219.336
	(90.990)	(210.685)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 22. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ordenados e salários Custos de previdência social Benefícios previstos em Lei Benefícios adicionais (i)	133.883 31.412 15.870 34.542	134.022 34.738 18.256 37.236
	215.707	224.252
Participação nos resultados	8.542	8.457
	224.249	232.709

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar (contribuição definida), pecúlio e alimentação.

# 23. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações com "swaps" e "NDFs".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		31 0	le dezembro de 2018
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	19.999	19.999
Contas a receber de clientes	42.096	115.573	158.063
Outros ativos, excluindo adiantamentos			
realizados	-	160.449	160.449
Depositos judiciais	-	25.032	25.032
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.	-	4.128	4.128
Instrumentos financeiros derivativos	3.088		3.088
	45.184	325.181	370.365

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de	dezembro de 2018
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.002.217	1.002.217
Fornecedores	-	1.042.675	1.042.675
Forfait	-	186.204	186.204
Outros passivos, excluindo pagamentos			
antecipados	-	39.945	39.945
Instrumentos financeiros derivativos	24.389	<del></del>	24.389
	24.389	2.271.041	2.295.431
		31 de	dezembro de 2017
	Ativos mensurados ao valor justo por	Empréstimos e	
	meio do resultado	recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	66.850	66.850
Contas a receber de clientes	123.141	314.566	437.707
Outros ativos, excluindo adiantamentos			
realizados	-	177.325	177.325
Depósitos judiciais	-	25.147	25.147
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.	-	5.851	5.851
Instrumentos financeiros derivativos	5.368	<u>-</u> _	5.368
	128.509	589.739	718.248
		31 de	e dezembro de 2017
	Passivos mensurados		<u> </u>
	ao valor justo através	passivos	
	do resultado		Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.230.427	1.230.427
Fornecedores	-	1.029.836	1.029.836
Forfait	-	182.434	182.434
Outros passivos, excluindo pagamentos			
antecipados	-	59.684	59.684
Instrumentos financeiros derivativos	807		807
	807	2.502.381	2.503.188

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de deze	embro de 2018
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	19.999	19.999
Contas a receber de clientes	158.063	158.063
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	160.449	160.449
Depósitos judiciais	25.032	25.032
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	4.128	4.128
Instrumentos financeiros derivativos	3.088	3.088
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(1.002.217)	(1.002.217)
Fornecedores	(1.042.675)	(1.042.675)
Forfait	(186.204)	(186.204)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(39.945)	(39.945)
Instrumentos financeiros derivativos	(24.389)	(24.389)
	31 de deze	embro de 2017
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	66.850	66.850
Contas a receber de clientes	437.707	437.707
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	177.325	177.325
Depositos judiciais	25.147	25.147
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.851	5.851
Instrumentos financeiros derivativos	5.368	5.368
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(1.230.427)	(1.230.427)
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	(1.029.836)	(1.029.836)
Empréstimos e financiamentos Fornecedores Forfait	(1.029.836) (182.434)	(1.029.836) (182.434)
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	(1.029.836)	(1.029.836)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

• Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 14 para mais detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para mais detalhes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Hierarquia de valor justo

	dezembro dezembro	31 de dezembro de 2017
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	3.088	5.368
Subcarteira negociada - FIDC	42.096	123.141
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	(24.389)	(807)

## 24. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

## (a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco de câmbio.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Risco de mercado

## Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros no longo prazo, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são pouco afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

## Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Importação em andamento (Nota 5) US\$852 (US\$20.325 em 31/12/2017)	Até 35 dias	(3.302)	(67.235)
Fornecedores no exterior (Nota 12) US\$158.112 (US\$ 259.483 em 31/12/2017) Forfait (Nota 13) US\$48.055 (US\$55.149 em 31/12/2017) Empréstimos e financiamentos (Nota 14) Financiamentos de importação (Nota 14)	Até 178 dias Até 180 dias	612.654 186.204	858.370 182.434
US\$128.407 (US\$196.578 em 31/12/2017) €\$48 Capital de giro US\$9.487 Demais contas a pagar (receber), líquidas	Até 254 dias Até 84 dias Até 170 dias	497.553 214 36.759	650.279 - -
US\$8.331 (US\$ 2.878 em 31/12/2017)	Até 270 dias	32.282	(9.520)
		1.362.364	1.614.328
Contas a receber no exterior (Nota 3) US\$294 (US\$603 em 31/12/2017) Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais	Até 30 dias	(1.140)	(1.961)
(Nota 8) US\$124.469 (US\$ 121.021 em 31/12/2017)	Até 170 dias	(482.291)	(400.338)
Exposição líquida		878.933	1.212.029

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "*Hedge*".

## (c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2018	dezembro de 2017
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	15.546	63.316
Baixo risco para médio prazo	4.453	3.534
	19.999	66.850
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	3.088	5.368
	3.088	5.368

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

# (d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender às vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval do Conselho de Administração da Companhia, que estão consignados na rubrica "Contas a receber de clientes" e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos	1.008.417	27.541	26.431	-
Fornecedores	1.042.675	-	-	-
Forfait	186.204	-	-	-
Outros passivos, excluindo				
pagamentos antecipados	39.945	-	-	-
Instrumentos financeiros				
derivativos	24.389	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	1.254.826	66.591	46.611	2.380
Fornecedores	1.064.284	-	-	-
Forfait	182.434	-	-	-
Outros passivos, excluindo				
pagamentos antecipados	59.684	-	-	-
Instrumentos financeiros				
derivativos	807	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 3,85/US\$, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC) e a taxa de CDI de 6,40% ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2018, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o exercício.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

## Instrumentos financeiros derivativos - derivativos de cambiais

## Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido -

			Cenarios		
	II	III	Provável	II	III
Cotação do dólar	-25% R\$ 2,8875	-50% R\$ 1,9250	R\$ 3,8500	25% R\$ 4,812 <u>5</u>	50% R\$ 5,7750
"Hedge" - "swap" "Hedge" - "NDFs" Ganho (perda), líquido	(8.804) (110.997) (119.801)	(17.608) (221.994) (239.602)	(227) (2.860) (3.087)	8.804 110.997 119.801	17.608 221.994 239.602

## Instrumentos financeiros não derivativos

## • Câmbio USD

### Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido -Cenários

	II	III	Provável	II	III
	-25%	-50%		25%	50%
Cotação do dólar	R\$ 2,8875	R\$ 1,9250	R\$ 3,8500	R\$ 4,8125	R\$ 5,7750
Fornecedor no exterior, líquido de					
importação em trânsito	151.363	302.726	3.900	(151.363)	(302.726)
Forfait	46.253	92.506	1.192	(46.253)	(92.506)
Financiamento de importação	123.592	247.184	3.185	(123.592)	(247.184)
Capital de Giro	9.131	18.262	235	(9.131)	(18.262)
Demais contas a pagar	8.019	16.038	207	(8.019)	(16.038)
Ganho (perda), líquido	338.358	676.716	8.719	(338.358)	(676.716)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Câmbio EUR

#### Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido -

		Cenários					
	II	III	Provável	II	III		
	-25%	-50%		25%	50%		
Cotação do dólar	R\$ 3,3293	R\$ 2,2195	R\$ 4,5629	R\$ 5,5488	R\$ 6,6585		
Financiamento de importação	53	107	(6)	(53)	(107)		
Ganho (perda), líquido	53	107	(6)	(53)	(107)		

## (f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 30% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, esse índice ficou em 20,51% (23,33% em 31 de dezembro de 2017).

## 25. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para a unidade de produção de Paranaguá - PR com limite máximo de indenização de R\$9.000, para unidades de Candeias - BA e Viana - ES com limite máximo de indenização de R\$67.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações - MG e Uberaba - MG com limite máximo de indenização de R\$56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$29.824, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$100, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$11.563 e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$150.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$20.000.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 16 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

	Exercício findo em 31/12/2018			Exercício findo em 31/12/2017			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas		3.758.495 (69.774)	3.758.495 (69.774)		4.869.735 (80.012)	4.869.735 (80.012)	
Receita líquida de vendas		3.688.721	3.688.721		4.789.723	4.789.723	
Custos dos produtos vendidos	(21.422)	(3.481.365)	(3.502.787)	(26.296)	(4.303.753)	(4.330.049)	
Lucro (prejuízo) bruto	(21.422)	207.356	185.935	(26.296)	485.970	459.674	
Despesas operacionais Despesas financeiras, líquidas	<u> </u>		(381.709) (332.939)	<u>-</u>		(420.558) (231.968)	
Lucro (prejuízo) operacional			(528.713)			(192.852)	
Imposto de renda e contribuição social			(250.897)			67.248	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(779.610)			(125.604)	
Depreciação e amortização	10.572	34.783	45.356	10.596	42.186	52.782	
EBITDA	(10.850)	(139.568)	(150.418)	(15.700)	107.598	91.898	

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras são mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. Não há receita para os exercícios apresentados, considerando a paralisação da planta (Nota 15). A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	31 d	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total		
Estoques	833	292.589	293.422	1.558	768.467	770.025		
Imobilizado e Intangível	32.463	444.861	477.324	43.026	464.540	507.566		
Demais ativos		1.054.976	1.054.976		1.667.457	1.667.457		
Total dos ativos	33.296	1.792.426	1.825.722	44.584	2.900.464	2.945.048		

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 15), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 10.572 (2017 - R\$10.596).

## 27. Evento Subsequente

## Recuperação Judicial

A administração da Companhia empreendeu esforços e estudos, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, para otimizar a situação de liquidez e o perfil de endividamento da Companhia nos últimos meses, tentando, inclusive, buscar potenciais investidores no sentido de equilibrar as demandas de capital de giro para manter as atividades operacionais da Companhia. Não obstante referidos esforços, a situação da Companhia se deteriorou. Em consequência e aliado à recente conjuntura adversa no setor de atuação da Companhia, os desafios decorrentes da situação econômico-financeira da Companhia se mantém e vêm se agravando.

Nesse sentido, a administração da Companhia julgou que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida adequada, no momento, para (i) proteger a Companhia de forma a possibilitar a continuidade das suas atividades, e (ii) preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*, incluindo os seus colaboradores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência dessa situação, em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia, ajuizou, perante a comarca da Cidade de Paulína, Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 e do artigo 122, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada nesta data ("RCA"), com a concordância do seu acionista controlador. Em 6 de fevereiro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi deferido pela comarca da Cidade de Paulínia.

Nesse contexto, a Companhia informa que foi necessário readequar a sua estrutura administrativa e operacional, por meio da suspensão das atividades desenvolvidas em algumas de suas unidades de mistura (Rondonópolis - MT, Dourados - MS, Três Corações - MG, Uberaba - MG, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Rio Grande - RS, Paranaguá - PR e Rosário do Catete - SE), com o consequente desligamento de colaboradores.

A referida decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- (i) nomeação do Sr. Oreste Nestor de Souza Laspro, com endereço comercial na Rua Major Quedinho, 111, 18º andar, Centro, São Paulo SP, CEP 01050030, para atuar como administrador judicial no processo de Recuperação Judicial;
- (ii) suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra a Companhia, pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do artigo 6º da LRF;
- (iii) expedição de edital, nos termos do artigo 52 §1º da LRF, com advertência dos prazos dos artigos 7º, §1º e artigo 55 da LRF, para apresentação de habilitações e/ou divergências de seus créditos, no âmbito do processo de Recuperação Judicial; e
- (iv) apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar o processo de Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seus administradores, nos termos do artigo 52, IV da LRF.

A Companhia ressalta que o processo de Recuperação Judicial representa um novo passo em seu processo de reestruturação financeira, administrativa e operacional, e possui como objetivo permitir a continuidade dos negócios desenvolvidos pela Heringer.

A Companhia realizou, no dia 20 de fevereiro de 2019, Assembleia Geral Extraordinária na qual os acionistas ratificaram a decisão de ajuizar Pedido de Recuperação Judicial, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, perante a Comarca de Paulínia, Estado de São Paulo ("Pedido de Recuperação Judicial").

Sendo assim, os acionistas da Companhia, expressa e formalmente, ratificaram a decisão que havia sido tomada pelo Conselho de Administração da Companhia, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei das S.A., relativa ao Pedido de Recuperação Judicial.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase de preparação do plano de recuperação judicial para continuidade de seus negócios para os próximos excercícios e espera apresentá-lo na reunião com seus credores.

A Companhia acredita e trabalha pela superação desse momento e, para assegurar sua perenidade, necessita manter grande disciplina financeira, tomando ações imediatas com o objetivo de obter rentabilidade e ganho de eficiência operacional, dentro de uma estrutura mais enxuta e dinâmica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

\* \* \*